

A TRAGÉDIA DA ESQUERDA ACADÊMICA E O MAL-ESTAR NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

THE TRAGEDY OF THE ACADEMIC LEFT AND THE UNREST IN THE BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY

BATARCE, Marcelo Salles¹

RESUMO

Este ensaio pretende desenvolver uma crítica ao posicionamento da esquerda no interior da Universidade Pública Brasileira. A crítica é respaldada por *insights* do filósofo Slavoj Žižek e desenvolvida por meio de dois casos. O primeiro caso refere-se ao posicionamento e concepção da “esquerda” no processo de privatização da Universidade Pública. O segundo caso refere-se ao atual mal-estar na Universidade Pública Brasileira.

Palavras-chave: Žižek. Esquerda Acadêmica. Brasil. Universidade Pública. Privatização.

ABSTRACT

This essay aims to develop a critique to the positioning of the left within the Brazilian Public University. The criticism is backed by insights from the philosopher Slavoj Žižek. The criticism is presented through two cases. The first case refers to the positioning and conception of the “left” in the privatization process of the Public University. The second case concerns the current unrest at the Brazilian Public University.

Keywords: Žižek. Academic Left. Brazil. Public University. Privatization.

1 INTRODUÇÃO

Na leitura deste texto, o leitor não estará diante dos discursos mais comuns e consensuais entre aqueles que hoje se consideram “esquerda”, ou simpatizantes da esquerda². Não estará o leitor aqui perante discursos do tipo: “Bolsonaro é o mal”, “a mídia engana o povo e eles não sabem votar” etc. Muito pelo contrário, o leitor estará aqui diante da inversão de muitos destes princípios e de uma crítica a ideologias que aos poucos foram se incrustando, se enraizando nesta palavra, “esquerda”, e que se tornaram verdades deste inconsciente polifônico de sujeitos que desejam ser considerados “de esquerda”. O consenso é superficial, a tarefa a que me proponho é de aprofundar nestas entranhas e perscrutá-las, aliás isso já é uma tarefa que esta “esquerda” deixou de lado há algum tempo. Neste caminho, talvez a Tese central, não demonstrada mas sim sugerida, é a de que muitos que se consideram “esquerda” não passam de reprodutores daquilo que em discurso aparentemente criticam, chegando a reproduzir o Bolsonarismo.

Como está sugerido no título, o texto faz referências ao que denominei “esquerda acadêmica Brasileira”. O texto não define, previamente, de modo abstrato e racional, essa denominação, mas apenas espera que o leitor possa reconhecê-la em sua experiência subjetiva na academia. De modo

¹ Doutor em Educação Matemática, London South Bank University (LSBU). Docente da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Dourados, MS, Brasil. Endereço eletrônico: batarcem@gmail.com.

² É preciso ressaltar, contudo, que “ser esquerda” hoje abrange uma gama de significados. A esquerda comporta lulistas e defensores da prisão de Lula, comporta Ciro Gomes e Haddad. A esquerda lê Reinaldo de Azevedo e tantas outras coisas. Esta polissemia está intimamente ligada à discussão proposta neste texto, contudo, discuti-la requer um outro texto, aqui é preciso ao menos lembrar o leitor deste fato que parece, não por acaso, muito pouco notado diante de sua relevância.

que termos tais como “esquerda”, “esquerda acadêmica” ou “esquerda acadêmica Brasileira” assumem, sem cuidadosa distinção, sentido empírico a partir de cenas do cotidiano de um colegiado de curso e, portanto, com caráter de local, bem como assume também um sentido mais geral e abstrato como ideologias nacionais ou Globais. Outro ponto importante é que, como toda tendência, as tratadas aqui excluem exceções.

Como farei referências recorrentes a Slavoj Zizek, devo uma palavra ao leitor, já de início, sobre isso. Qual o sentido e lugar da referência a este nome, neste texto? Dada a vasta obra de Zizek, bem como o reconhecimento da importância de seu trabalho para a filosofia contemporânea, e de outro lado, considerando também o tamanho e profundidade limitados deste texto, seria inapropriado considerar Zizek uma referência teórica para este texto. Prefiro chamar de uma referência no sentido de que este texto é encorajado por leituras e *insights* do trabalho do Zizek. O texto pode servir, na mais otimista das possibilidades, como uma provocação ao debate de leitores que tenham algum interesse em seu trabalho.

A afinidade deste texto com Zizek está por considerá-lo um crítico da esquerda, a partir da esquerda. Neste sentido Zizek fala de “nós”, daqueles que de alguma forma se consideram no espectro da esquerda! Fala de “nossas” ideologias e paixões ocultas.

Para além dessas primeiras palavras o texto será desenvolvido em outras três partes, mais a conclusão. A primeira dessas três partes (seção 2) faz uma rápida referência a *insights* críticos de Zizek que subsidiarão o desenvolvimento das críticas. As críticas serão desenvolvidas em dois núcleos (seções 3 e 4). O primeiro trata de uma análise do processo de privatização da Universidade Pública Brasileira e o segundo é a análise de um aspecto da (falta de análise e discurso de) política no interior da academia.

2 ZIZEK CONTRA A ESQUERDA LIBERAL

Hoje, a atitude predominante da esquerda está em grande parte reduzida em lamentar as injustiças e crueldades do Capitalismo ou ficar chocada diante do apoio de pessoas comuns a políticos como Donald Trump (KRECIC, 2017, p.10, tradução nossa).

A esquerda liberal, segundo Zizek, pretende o que ele chama de Capitalismo com face humana. Ou seja, um Capitalismo menos exploratório, menos predatório, mas ainda Capitalismo. Por isso ele caracteriza essa esquerda como Fukoiamista, ou seja, ela participa do consenso do fim da história. O Capitalismo venceu e no máximo o que podemos fazer é torná-lo menos predatório. É este tipo de contradição, no interior da esquerda, que me interessa explorar aqui.

Ora, talvez uma parte representativa, a maioria, de docentes que se consideram de esquerda na academia brasileira hoje sirvam como um bom exemplo de uma esquerda Fukoiamista. Que projeto têm os docentes de esquerda para a Universidade Pública Brasileira hoje? É muito fácil falar contra a meritocracia ou se horrorizar com os ataques da direita populista a Paulo Freire ou com o moralismo de Weintraub. Mas por acaso os ditos professores progressista não efetivam diariamente em suas salas de aula processos de seleção de indivíduos tendo como referência quase que exclusivamente a competência de conhecimentos de conteúdos? Qual a influência de Paulo Freire, se é que há alguma, na sala de aula destes professores? Quantos colegas de esquerda não estão prontos a supervisionar e enquadrar o trabalho de outros a partir de uma ideologia de produtividade ou de resultados que não passam de uma grande farsa? Ou seja, o que quer essa esquerda? Não seria uma espécie de Universidade que participe de todo este sistema de seleção, de meritocracia,

de competição etc., mas com uma cara um pouco mais humana, com um pouco de inclusão e de tolerância? Se queremos entender o que diz Žizek ao acusar a esquerda liberal de Fukoiamista, olhemos para nós, para nossos colegas da esquerda acadêmica e perguntemos: o que querem?

Uma pergunta que pode surgir ao leitor neste ponto é a seguinte: por que uma crítica à esquerda neste momento? Não é momento de unificar a esquerda no combate contra a extrema direita?

Em primeiro lugar, deve estar claro e óbvio que, uma crítica à esquerda não significa uma posição em defesa da direita populista que venceu a eleição no Brasil e em outras partes do globo, mas significa, antes de tudo, acreditar que, repensar a esquerda e determinar de modo claro suas diferenças de princípios com o atual projeto populista da direita, hoje, é uma tarefa mais fundamental do que uma superficial unificação a partir de alianças centristas. Trata-se de apostar na necessidade e na urgência de deslocar a “esquerda” da posição de defesa, de vítimas do Capitalismo, do Fascismo, do Bolsonarismo, da mídia etc., bem como da posição de atuar apenas em respostas às ações colocadas pela extrema direita populista. Trata-se de buscar outras referências para se pensar.

Recentrar a esquerda tem uma outra implicação: desestabiliza a própria direita em sua posição relacional com a esquerda, ou seja, em sua posição anti-esquerda. Uma vez que Slavoj Žizek reposiciona a esquerda, movendo-a, coloca-a em outros lugares, lugares mais originais, a crítica hegemônica da direita à esquerda também se desmancha porque o objeto da crítica não está mais lá onde se procura. Em muitos pontos isolados Žizek parece concordar com posições da direita e talvez até da extrema direita e, por isso, é comum ser mal entendido. Mas isso é muito mais uma posição Hegeliana, ou dialética, ou seja, explorar a contradição, do que qualquer outra coisa.

No entanto, como o discurso superficial e hegemônico não consegue superar o dualismo do tudo certo *versus* tudo errado, não consegue perceber o simples fato de que por estar certo em alguns pontos, alguém ou uma posição pode estar, paradoxalmente, muito errada em seu todo. Tudo errado é uma posição que não existe, ou seria uma posição de um imbecil, facilmente desmascarado. O nosso grande problema é como desvendar discursos que contêm muitas verdades para esconder sua grande farsa. Essa é uma das ideias mais básica do que se pode chamar contradição. Eu costumo dizer que quanto mais verdade dizemos melhor a mentira que podemos contar.

Um exemplo é quando queríamos esconder algo de nossos pais. Vamos supor, um adolescente saiu uma noite e bebeu demais (na época em que isso era um tabu). Quando ele tem de confrontar seus pais, ele deve dizer um monte de verdades que o ajudam a mentir. Ou seja, ele não vai dizer que ficou em casa porque essa seria uma mentira facilmente desvelada por seus pais que moram com ele e o viram saindo. Então ele confirma que saiu. Se ele puder, ele vai dizer os nomes verdadeiros de colegas que estavam com ele, embora possa omitir um que não tem boa reputação. Mas o fato de ele dizer nomes verdadeiros reforça a ideia de que ele está contando a verdade. Então, ele vai selecionar o máximo de verdades para dizer e omitir algumas coisas, mas a capacidade de ele dizer um grande número de verdades lhe permite omitir ou distorcer a realidade da situação muito melhor do que se ele contasse apenas mentiras.

No caso da política é a mesma coisa. Não se pode perder tempo e energia contrariando tudo que afirma aquele que tenta nos enganar. Justamente porque ele diz muitas verdades e negá-las isoladamente é inútil e superficial. É preciso reconhecer várias verdades na direita justamente para desvendar a contradição do todo³.

³ O grande problema talvez seja o de que muitas das verdades ditas pela extrema direita referem-se a erros, “defeitos”, infantilidades reais da esquerda que ela própria não quer admitir, deste modo ambos carregam a

Tempos atrás, o Movimento Brasil Livre (MBL) dizia que as escolas eram doutrinadoras. Houve uma onda de filmagem nas escolas. Qual foi a reação da esquerda liberal? De oposição completa a tudo isso. Entrando, na verdade, a ideia de doutrinação na escola é uma ideia clássica do pensamento de esquerda, por exemplo, para Althusser, a educação é o principal aparelho ideológico de Estado. Então, de certo modo a extrema direita não estava “errada”. Havia uma verdade fundamental no que se dizia, mas havia também mentiras. Qual a grande mentira naquela história? A mentira é que a doutrinação era de esquerda, quando na verdade a doutrinação era justamente pró-Capitalismo.

Passado um tempo, a própria direita e os meios de comunicação começaram a protestar contra as filmagens na escola. Certamente há toda uma questão ética das filmagens, mas penso que filmar a escola e os professores seria um problema muito maior para a própria ordem Capitalista do que para aqueles interessados em revolucionar a escola. Revolucionários poderíamos assumir o risco de tomar justamente a posição contrária que a esquerda tomou, ou seja, de incentivar as filmagens. Um tempo depois, derrubado o governo PTista e estabelecido um novo governo com a extrema direita, o próprio MBL, Fernando Holiday, aparece com um discurso de autocritica dizendo que cometeram erros ao demonizar o professor. Assumem uma mea-culpa diante da questão das câmeras, da escola sem partido etc. Parte da esquerda liberal ou centro esquerda compra isso como uma autocritica mesmo. Na verdade, aquele discurso serviu a apenas um fim, que foi de elegê-los e derrubar o governo Dilma, mas agora não é mais necessário e é muito difícil sustentar aquele posicionamento cheio de contradições. Provavelmente, eles nunca acreditaram naquilo.

Enfim, o erro da esquerda foi tomar uma posição que defendia que tudo que era dito pelo outro lado era uma mentira, uma falsificação. Essa posição ajuda o outro porque ela é simplista, dualista, o debate acaba por se perder em questões menores e ajuda a esconder as verdadeiras contradições, como no caso da escola Doutrinadora, o que não é completamente uma fantasia, algo absurdo, impensável. A grande contradição está em outro lugar. Há doutrina na escola, mas a doutrina da escola, longe de ser socialista ou Marxista, ou Freiriana, é completamente pró-Capitalismo, pró Ensino tradicional.

Finalmente, como denuncia Zizek, há na esquerda hoje um pseudoativismo de urgências, por exemplo, nas ações de rua, um militantismo como o único caminho de mudança, este militantismo de rua muitas vezes serve a alguns como uma sensação quase que mística, um certo estado de excitação e êxtase, um frenesi, um culto, algo como estar diante da verdade, da realidade, do poder de estar fazendo algo, transformando o mundo, lutando de verdade. Neste ponto é oportuna a seguinte provocação do Zizek.

Eu mesmo provoquei alguns dos meus amigos esquerdistas quando eu disse a eles que se a famosa fórmula Marxista era: “Filósofos apenas interpretaram o mundo, agora o momento era de mudá-lo”... tese 11 sobre Feuerbach... talvez hoje nós devamos dizer: “No século XX, nós talvez tentamos mudar o mundo rápido demais, a hora agora é de interpretar novamente, começar a pensar” (ZIZEK, 2013).

De modo algum devemos negar a importância das ações de rua, dos movimentos de massa, coletivos etc., mas isso não é suficiente. Especificamente tentaremos mostrar que o militantismo acadêmico não é suficiente e é suspeito quando se apresenta completamente descolado da

cumplicidade que constrói este debate de infantilidades para evitar-se uma discussão mais radical. Não seria esta cumplicidade justamente o fato de que nem a extrema direita populista, nem a esquerda liberal estão dispostas a grandes mudanças? E, portanto, não há aqui uma espécie de cumplicidade entre setores da política que se apresentam como oposição um ao outro?

atividade cotidiana dos mesmos docentes que saem às ruas. Ou seja, o grande perigo é transformar as ruas em conveniências e álibis que nos livram de uma tarefa mais dura que é a de pensar o mundo e nossa ação cotidiana. Isso nos livraria da difícil tarefa de aproximar o que pregamos em discursos das nossas práticas reais e concretas, como propunha Paulo Freire. Há um projeto de esquerda para Universidade? Que projeto é este? E, como atuam concretamente a partir dele aqueles que se autointitulam progressistas? Por exemplo: Quão progressista é a pedagogia dos docentes que se dizem progressistas? O que fazem ao assumir a coordenação de um curso? Como se portam nas reuniões de colegiado ou conselho? Que alianças fazem?

3 NOSSO PASSADO: A DISCRETA CUMPLICIDADE DA ESQUERDA ACADÊMICA DIANTE DA PRIVATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

O establishment reage à teoria "radical" de hoje do mesmo modo que Hegel descreveu no prefácio ao seu "A filosofia do direito", em que menciona "uma carta de Joh. v Muller, que, falando das condições de Roma no ano de 1803, quando a cidade estava sob domínio francês, escreve: "Perguntado sobre como estavam as academias públicas, um professor respondeu: 'On les tolère, comme les bordels! [Elas são toleradas como os bordéis]". Ora, a maior parte do que hoje sucede na academia "radical" não é tolerada do mesmo modo? Considera-se que, "embora não tragam muito benefício, [elas] não podem fazer grande mal. Daí a recomendação, assim se imagina: se inúteis, não podem prejudicar". (ZIZEK, 2019, p.19-20)

Não seria esse o caso de uma boa parcela da esquerda universitária hoje?

Desde Fernando Henrique Cardoso, as alas ditas progressistas do mundo acadêmico denunciam o que chamam um processo de privatização da Educação Superior. Em cada momento destes anos, sempre o presente foi denunciado como um estágio mais avançado de um processo que reconhecia se desenvolver já no passado.

Enquanto críticas a um processo, o discurso se caracterizou mais como denúncias do que como proposições. A resposta considerada mais propositiva era a de militância de rua, em momentos pontuais, quando ações explícitas, como aprovação de Leis na direção da privatização eram tomadas. Mas mesmo a militância parecia assombrada por uma luta de uma causa praticamente perdida e cada vez mais perdida. Tudo limitava-se ao tom de alertas diante de uma tragédia inevitável, um processo irreversível, cada vez mais em vias de acontecer. Se é verdade que o processo se aprofundou, e eu acredito que é, e como não há ninguém de fora, a esquerda contribuiu com a trilha sonora de lamento de um triste destino irreversível. Denunciar o processo (o que inclui militância de rua e passeatas) de modo crítico, talvez serviu também como terapia e álibi para dissimular um estar fora da tragédia de que participava.

Não há metáfora melhor do que a de Édipo Rei. Há 20 anos o setor progressista da universidade é consciente do processo de privatização, coloca-se na luta contra ele, mas considera o processo tão inevitável como um destino. Em um futuro bem próximo, que na verdade já é praticamente presente, o setor progressista continuará seu lamento, mas já executando as tarefas necessárias e típicas da universidade privatizada. Trata-se de uma posição paradoxal, angustiante, mas conveniente enquanto nossos empregos e salários estão mantidos e podemos sempre dizer que fazemos as coisas porque a estrutura nos obriga, que não é nosso desejo íntimo, que somos contra, que vamos às ruas etc., mas mesmo assim continuamos levantando todos os dias e participando como uma engrenagem deste nosso trágico destino.

Na tragédia Grega, Édipo cumpre o destino sem perceber e o faz, justamente nas ações que realizava conscientemente para evitar o destino. E se o mesmo estiver ocorrendo com o setor progressista da universidade? O que parece fato é que este setor não se considera como parte do processo, como engrenagem daquilo que denuncia. Percebe a privatização apenas como resultado de uma força externa (o destino traçado), mas também não se percebe executando o destino por meio de suas próprias ações. Como se os processos internos e cotidianos, microestruturas, das quais participamos concretamente, nada tivessem a ver com a preparação do terreno para germinação da privatização. Como se nós não fossemos justamente parte da máquina que executa as ações necessárias ao nascimento da Universidade privada. Quase como se a Universidade pudesse ser privatizada de fora, independentemente das pessoas que atuam nela, independente das ações concretas e cotidianas dessas pessoas. De certo modo, isso é justamente tudo em que Foucault, por exemplo, jamais poderia acreditar.

O modo geral (a ideologia) pela qual a ala progressista atuou nos últimos anos em relação ao processo de privatização, até mesmo dito em forma de palavra de ordem, foi a defesa da Universidade Pública. Ora, mas qual flanco fica então aberto com essa posição? Justamente da análise crítica dos processos internos, a posição de defesa da Universidade mitiga a crítica interna e o repensar da Universidade. Isso por uma razão bastante simples. À medida que temos de defender um objeto somos obrigados a minimizar a crítica contra ele. Como direcionar críticas e repensar justamente o objeto que defendemos, o objeto que queremos resguardar contra as transformações externas?

Esse discurso não se repete ainda hoje? Quando, por exemplo, muitos dizem que temos que lutar para manter o que conquistamos e que não é hora de críticas? Hoje, quando até salários e carreiras estão ameaçados, alcançamos o extremo dessa posição. Muitos progressistas “dariam tudo” para que a Universidade continuasse como era antes. Não seria um sonho que o Governo Federal voltasse a respeitar o processo de eleição para Reitor, ou seja, que voltasse a respeitar a lista tríplice? Eles dividem as ruas com centristas, direitistas e ex-bolsonaristas (juntos somados, na verdade são poucos os defensores da Universidade Pública) em uma aliança corporativista, que sai às ruas tentando mostrar o valor da ciência e da universidade para a sociedade: “nós somos importantes para vocês”, gritam em desespero. Ai daquele que hoje pretenda qualquer crítica à Universidade Pública. O momento é de união contra a extrema direita que tenta acabar com a Universidade. Mas, defender a Universidade Pública!? Ora, não há nada de novo nisso, há apenas um grito de misericórdia.

Uma hipótese, porém, parece não ser levantada: E se essa velha defesa, de um sistema que se esgota (a social democracia (?) que aqui chegou no máximo a uma social democracia latinoamericana) e mais ainda, um sistema que na verdade nunca foi aquilo que sonhamos, nunca foi inclusivo (a universidade brasileira), público apenas para as elites, for justamente a causa fundamental daquilo que nos trouxe aqui e nos leva ao precipício? Agora queremos ser inclusivos? Agora queremos apoio da sociedade? Agora que cortam nossos recursos, gritamos por isso!? Como podem nos acreditar?

Contra a privatização, os críticos progressistas direcionam suas energias em defesa da Universidade que existia (pública). O inimigo portanto sempre se apresentou fundamentalmente como algo externo, o interior da universidade ficou de certo modo resguardado, como o objeto da defesa e, portanto, não fundamentalmente, da crítica. Há dois conjuntos de questões fundamentais que parecem despercebidas, talvez não por acaso, em todo este processo: 1 - O que é efetivamente a privatização da Universidade? De que modo isso se implementa? 2 - Como se relacionam os

processos que realizamos cotidianamente na atividade acadêmica, que aparentemente parecem neutros, e o próprio processo histórico da privatização?

Olhemos com mais atenção e detalhe em que consiste este processo de mitigação da autocrítica. Ele consiste em sermos sempre brandos, menos rigorosos, mais conveniente com o que de errado vivenciamos concretamente no dia a dia. Menos rigoroso e errado em que sentido? No sentido de uma posição política coerente no que se refere à defesa de princípios de esquerda por parte daqueles que se dizem de esquerda.

Mais uma vez insisto: e se justamente essa falta de rigor que a princípio serviria para resguardar a Universidade contra o seu cruel destino, seja a própria ação que efetiva seu destino? Como em Édipo Rei, que acaba matando seu Pai justamente por meio da ação que em sua consciência evitaria aquele trágico destino.

Tornou-se urgente observar com mais atenção e denunciar os processos internos e cotidianos, microestruturas, dos quais participamos e que têm preparado e adubado o terreno da privatização. A nós, nos compete entender para além da fantasia de que a privatização consiste em uma ação puramente técnico-financeira, de um dia para o outro, que mudaria a fonte de financiamento da Universidade, provavelmente isso nunca ocorrerá e é apenas conveniente lutar contra o que não ocorrerá e deixar de lado o que de fato ocorre. Em realidade, a fonte de financiamento da Universidade já tem sido modificada ano após ano, como o próprio setor progressista tem denunciado e muitas vezes combatido. Todos nós sabemos que, na verdade, o repasse de recursos do Estado para Universidade sempre foi uma novela. Todos nós sabemos das Emendas, do uso de recurso para fins de política populista, a construção de prédios, a escolha das cidades, dos cursos implementados etc. Na verdade, muitos de nós, enquanto Conselheiros Universitários fomos cúmplice e executores dessas políticas. As Fundações vêm fazendo o papel de captação de recursos privados há décadas. Mas isso não é tudo!

Outro aspecto importante é que uma luta por mais recursos financeiros para Universidade Pública independente de uma proposta política para Universidade Pública, que indica seu sentido e lugar no interior da totalidade que é o Estado (Federal ou Estadual), não deixa de ser uma posição corporativista. Universidade pública, gratuita e de qualidade é um slogan completamente vazio. Qual a preocupação da esquerda acadêmica, não apenas com o recurso da “educação superior”, mas com o orçamento nacional? Com todas essas contradições assumidas ou escondidas debaixo do tapete, muitos progressista querem uma ampliação, democratização da Universidade Pública, como uma criança quer um doce, sem pensar como nem por quê e acabam como presas fáceis de uma crítica superficial e populista da direita.

Contudo, o ponto fundamental para mim é que essa simplificação do significado do processo de privatização não é um acaso. É mais uma vez uma conveniência, notadamente, a conveniência de se furtar de pensar pragmaticamente uma outra Universidade possível e necessária. E, sobretudo, essa conveniência depende de não enxergarmos, de evitar enxergarmos, como participamos fundamentalmente do processo de privatização em nosso modo de fazer acadêmico, que sonhamos ser neutro.

Ora, evitamos pensar como essa estrutura de produção, de reprodução, em todos os níveis e sentidos é engrenagem central do processo de privatização. Portanto, não se trata apenas de evitar uma ação de ordem técnico-financeira, mudança da fonte do orçamento, mas se trata antes de reforçar ou resistir a um modelo, a uma ideologia, como um todo. Ora! Que modelo é esse? É o modelo da produção de artigos, o modelo do currículo Lattes, o modelo do Qualis, o modelo das avaliações de massa tipo Enade, este conjunto de instrumentos de ranqueamento, de meritocracia,

de produção em série. Mas é também resistir a modelos de aulas, de pedagogia não só ultrapassados, mas que se associam, como Paulo Freire (2018) já havia notado, a posições ideológicas, modelos nos quais um fala e o outro escuta, modelos de centralidade no conteúdo e não no aluno, modelos que valorizam o individualismo, a competição. É também resistir à política de uma falsa democracia que está nos *lobbies* para eleições de coordenadores, formação de comissões, escolha de quem participará deste ou daquele projeto, dos editais, brigas por laboratórios e equipamentos, tudo isso que torna as assembléias e reuniões de colegiado apenas um álibi, uma falsa democracia que legitima o autoritarismo. Em uma palavra, a privatização da Universidade é fenômeno que se desenvolve pelas nossas ações cotidianas e concretas, o problema de ordem técnico-financeira é apenas uma faceta deste todo que participamos.

Por exemplo, as estruturas de ranqueamento e avaliações quantitativas padronizadas das quais participamos diariamente são as condições necessárias, adubam o solo, para uma divisão e contingenciamento de recursos. Foi preciso criar e estabelecer um instrumento que se acredita objetivo e padronizado para poder dar valor econômico concreto à produção acadêmica.

A tese que tento construir neste ponto é a de que a dita esquerda tem sido cúmplice deste processo de defesa da meritocracia, do individualismo e da falsificação da democracia. Reproduz uma ideologia individualista e de competição no interior da Universidade e muito pouco tem feito de fato para buscar ações mais coletivas.

É confortante para o setor progressista acreditar que a privatização se dê por uma ação pontual de ordem administrativa financeira de um ente externo à Universidade. Um dia o Congresso colocará em votação uma Lei que modifica a fonte de financiamento da Universidade. O sindicato vai encher ônibus de docentes e alunos, todos unidos em defesa da Universidade Pública gratuita e de qualidade, irão lotar a assembleia legislativa, mudam a data da votação e segue a novela de meses ou anos. No fim, provavelmente irão se lamentar por ter perdido a batalha, mas irão para a casa tranquilos por terem feito sua parte. Quando a Lei mudar a fonte de financiamento da Universidade, e só a partir deste dia, diremos que a Universidade foi privatizada.

Pensando assim, o setor progressista se isenta de sua cumplicidade com a privatização que efetua todos os dias em sua ação concreta. Antes de ser uma ação de ordem administrativa e financeira, a privatização é uma ideologia. É um modo de conceber e atuar na Universidade. Este modo rege até como nos portamos em uma reunião de colegiado. A privatização é a ideologia de que os professores da Universidade Pública não produzem o suficiente e que devem ser avaliados por sistemas quantitativos padronizados. É a ideologia de que os debates são improdutivos e que no lugar deles deve se impor uma gestão pragmática, como de uma empresa privada. É a ideologia que a burocracia democrática do setor público é apenas um peso, de que é melhor ter uma gestão eficiente, técnica, gerida por uma, duas ou três pessoas, principalmente que não entendam muito do assunto, mas tenham uma mente gestora. Sobretudo, é o privilégio das falas privatizadas, nos corredores e nas casas de colegas sobre a ágora da tradição Grega.

Nesse ponto, muitos podem dizer: “mas isso são verdades”, eu concordaria; outros podem pensar o mesmo, mas evitam assumir. Contudo, não se trata aqui de julgamentos de valores de verdade – tudo são meias verdades e focos em direções que desviam de outras direções – trata-se aqui apenas de denunciar uma ideologia escondida por uma pseudocrítica de sujeitos que, na verdade, são cúmplices com aquilo que fingem criticar. Tudo isso já é realidade na “Universidade Pública” e assim atuam muitos progressistas de um lado, enquanto de outro vão às ruas contra a privatização da Universidade. Por que fazem isso? Algumas hipóteses serão sugeridas ao final do texto.

4 NOSSO PRESENTE: O MAL-ESTAR NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E A ESQUERDA ANTIPOLÍTICA

No bojo da ideologia privatista, floresceu uma Universidade com bases individualista e de competição, produtivista e de reprodução. Inevitavelmente, neste ambiente propício, conflitos de vaidades e egoicos despontavam aqui e ali. Disputas de poder, de apropriação de espaços tais como laboratórios, ou de instrumentos e equipamentos, de recursos públicos de editais tornaram-se recorrente na Universidade Pública Brasileira. Da mesma maneira, os *lobbies* para eleições de coordenadores, de conselheiros, de comissões, de aprovação de pautas em colegiados de cursos eram fundamentais para garantir, além dos recursos materiais, as ideologias de ensino, de pesquisa, de extensão de indivíduos ou pequenos grupos. As vísceras do interior da Universidade Brasileira que processam a política, como tinha de ser, são as mesmas do Congresso Nacional Legislativo. Não há uma capa que proteja e separe a Universidade Pública daquilo que é a Sociedade e a Política Brasileira. Não há um interior e um exterior. A sociedade é uma só!

Não é preciso muita perspicácia para perceber que, nos últimos anos, notadamente neste período de crise econômica e política, de crise da democracia liberal, de legitimação de ideologias autoritárias, o clima de tensão e desentendimentos se aprofundou. Trata-se de um fenômeno generalizado que pode ser constatado em qualquer parte do País e nos mais diferentes cantos de uma mesma Universidade. Há um mal-estar na Universidade Pública Brasileira. Este mal-estar expressa-se, como teria de ser, nas relações intersubjetivas, ou seja, nas relações entre as pessoas, sejam elas docentes, estudantes ou técnicos.

Nesse ponto, há um conjunto de questões clássicas da filosofia, ou talvez mais ainda da psicanálise, que poderia ser colocado ao redor da seguinte questão: como se relacionam a esfera subjetiva (psíquica?) e a esfera externa ao sujeito de determinações mais gerais (coletivas, sociais)? Uma é determinante da outra? Elas podem ser concebidas separadas uma da outra? Certamente, dado o limite deste texto e a intensidade com que essa questão já foi tratada por grandes pensadores, não há fôlego aqui para qualquer avanço fundamental nessa direção. No entanto, retomar a discussão entre as relações pessoais e o campo político/público parece-me fundamental no atual momento.

Talvez não exista um slogan melhor do que aquele atribuído à segunda onda do movimento feminista (*second wave*) para sintetizar a questão que se coloca. Na década de 60 nos EUA, o movimento feminista defendia a tese de que as experiências de opressão sofridas pelas mulheres em suas vidas pessoais estavam intrinsecamente ligadas às estruturas de poder da sociedade. Portanto, falar delas era denunciar e contrapor essas estruturas. O grande slogan do movimento era “*the personal is political*”. O termo foi abstraído da psicanálise, mas de modo a rejeitar a psicanálise, segundo Kurtay (2018). Volto a isso mais adiante.

Paralelamente, desenvolveu-se nas últimas décadas o que hoje costumamos chamar de pautas identitárias. Dentro dos movimentos identitários, encontramos também afinidades com aquele slogan. Por exemplo, a escrita autobiográfica de pessoas pertencentes a grupos minoritários tornou-se uma forma de luta em direção ao reconhecimento acadêmico desses grupos tradicionalmente excluídos do espaço acadêmico⁴.

⁴ Em outra direção Gilles Deleuze afirmou que: “Argumentos baseados na experiência privilegiada de alguém são argumentos ruins e reacionários” (1995, p. 11-12, minha tradução). Mas é preciso tomar cuidado para não rotular uma oposição simples entre os dois discursos. Há feministas Deleuzianas(os), como há também expoentes do

Para além do campo acadêmico, a pauta identitária e seus métodos de luta por legitimação de minorias se adentrou ao debate político-eleitoral. A pauta foi tema central na guerra entre a esquerda liberal e a extrema direita nas últimas eleições na maioria dos países democráticos Ocidentais. Na Europa, o foco foi a questão dos refugiados; nos EUA, a imigração e o racismo; no Brasil, o racismo e a questão de gênero. Tanto nos EUA, como no Brasil, como em boa parte da Europa a extrema direita venceu o debate eleitoral.

Poder-se-ia notar a princípio que há uma diferença entre o uso pelo próprio sujeito de suas próprias experiências pessoais, feito de modo consciente como ação de afirmação ou de legitimação de discurso acadêmico, como por exemplo no caso das autobiografias, e o uso feito por terceiros ou por um outro com quem o sujeito se envolve em suas interações. Isso coloca mais uma complicação no debate.

Há, obviamente, um problema quando envolvemos a esfera pessoal no debate institucional, a saber, a possibilidade de assédio fruto da exposição de privacidades de outros. A exposição da privacidade de alguém, quando usada de modo a constranger, notadamente quando existe uma relação de poder imbricada, do tipo patrão-empregado, professor-aluno, diretor-professor, médico-paciente, é uma ação violenta como todos sabemos. Com relação a essas formas de violência, é preciso sempre se opor.

As formas mais diretas de assédio continuam bastante comuns nas relações que envolvem pessoas das classes mais populares totalmente desprovidas de direitos e dependentes financeiramente, emocionalmente ou de qualquer outra forma de seus agressores. Em ambientes mais institucionalizados, como a academia, no entanto, as formas de opressão precisam ser mais sutis - o que pretendo sugerir mais adiante é que uma dessas formas consiste justamente no avesso da forma direta de assédio, ou seja, justamente no discurso de defesa da privacidade do sujeito - O conceito de interseccionalidade, por exemplo, tornou-se fundamental na literatura acadêmica justamente para que raça, gênero e classe não sejam tratados de modo isolado. Os problemas da mulher da periferia não são os mesmos de uma atriz de Hollywood assediada para ser promovida.

A complicação não para aqui. É bastante ingênuo separar os discursos em falas próprias de um sujeito em si e fala de terceiros sobre um sujeito, uma vez que a própria ideia de um sujeito que fala por si também é questionada por toda uma tradição da análise do discurso. Há casos em que motivar o sujeito falar é em si uma forma de constrangimento.

Colocado de lado essas diferenças e complicações, o que quero chamar a atenção é que a inclusão e legitimação no discurso acadêmico da experiência pessoal, portanto, da experiência privada, de todo modo, está colocada com assunto contemporâneo. Uma importante implicação disso é a de que a demarcação entre a esfera pessoal e a esfera do que é institucional/profissional, antes de ser uma questão simples que pode ser tratada pelo senso comum de cada um, em realidade, estabelece questões fundamentais dos debates político, ético, moral e acadêmico contemporâneos. É importante marcar esse ponto inicialmente justamente porque se tornou conveniente para muitos decidir o que é pessoal e o que não é, sempre que isso lhes favoreçam, como se essa questão não fosse em si já um debate fundamental.

feminismo negro da grandeza de Angela Davis que jamais trataram ingenuamente a questão como uma “guerra dos sexos”.

4.1 O que é privado é subjetivo

Retomemos a origem histórica da questão como proposta pela segunda onda do feminismo: “o pessoal é político”, que depois se tornou: “o privado é político”. A fórmula parece-me muito oportuna, confesso. Mas há uma interessante crítica ao modo de como ela foi explorada já em sua origem na década de 60 pelo movimento feminista.

O movimento estava baseado em lições absorvidas por meio do compartilhamento de experiências em grupos fechados chamados de “Consciousness Raising Groups (CRG)”. Justamente esse método foi o problema fundamental segundo Kurtay (2018).

A “privacidade” nesse caso não estava resguardada por uma autoridade que não identificava-se com o problema e que, portanto, teria direito de negociação com o externo. O grupo estava configurado em um circuito fechado de compartilhamentos sem nenhum agente neutro (não-feminista). Para ver como e porque isso se tornou um problema de ordem prática e teórica, vamos olhar a lógica legal-usual-Hegelianiana com relação a privacidade do compartilhamento de informações pessoais: dentro das relações entre advogado-cliente, doutor-paciente ou professor-aluno, o primeiro tem uma obrigação pública e conseqüentemente, como resultado dessa obrigação ele(a) tem a responsabilidade de proteger a privacidade (do cliente, paciente, estudante etc.) Essa garantia de privacidade está legalmente constituída para proteger a objetividade da relação entre o cliente e o “externo”, isso é chamado “proibição de identificação com o caso”. Essa regra, ao contrário do que se pensa, não é de interesse da contraparte, mas é de interesse do cliente” Privacidade, então, pode produzir soluções para problemas que são mediados apenas por sujeitos que não são parte do problema expresso, capazes de preservar uma visão objetiva. Os “consciousness raising groups” contudo, não estão equipados com tal “não-feminista” (o que não significa necessariamente “anti-feminista”) mediador(a) que teriam o direito de negociação. Conseqüentemente, a lógica dialética fica suspensa e esses compartilhamentos ineficientes (KURTAY, 2018).

A mesma crítica descrita acima para o caso do feminismo pode ser generalizada para se desvelar a forma pela qual uma falsa defesa da privacidade e uma defesa puritana da esfera do pessoal pode, no fundo, paradoxalmente, significar justamente seu oposto, ou seja, uma forma mais sutil de violência. Frisemos: privacidades podem produzir soluções apenas para problemas mediados por sujeitos que não são partes do problema expresso. Agora o que ocorre quando o mediador está envolvido no problema?

Antes mesmo de refletirmos mais profundamente sobre o sentido dessa possível neutralidade no interior do significado mais amplo onde ela se dá, ou seja, o significado de Universidade, notamos que essa situação de possível envolvimento com os problemas a serem mediados parece mais comum em ambiente acadêmico uma vez que, ao menos que um processo seja instaurado (e mesmo que seja) e ao menos que a questão em disputa seja completamente não-acadêmica, ou seja, claramente não envolva de forma alguma disputas acadêmicas, de princípio não há mediadores neutros. Agora se pensarmos que a Universidade é, por excelência, o espaço de debates de significados, o ser acadêmico, em última instância, está sempre envolvido, de modo não-neutro, em todos problemas de sujeitos. A questão que se coloca então é a da negação desse envolvimento subjetivo com fundamento do ser acadêmico. Voltaremos a isso, mas

frisemos: quando o mediador está envolvido no problema, a proteção de privacidade se torna o próprio problema⁵.

Portanto, se em ambientes populares onde os direitos humanos estão precarizados e as formas de dominação e dependência estão exacerbadas, as formas de assédio e imposição são mais tradicionais e diretas, em ambientes acadêmicos, uma forma contemporânea de assédio disfarçado acontece justamente pelas mãos daqueles que se vestem com pele de cordeiro, ou seja, de defensor de privacidades, especialmente quando a partir daí se promove o constrangimento de um terceiro sujeito. Isso equivale a “bater a carteira e gritar pega ladrão”. Nesse caso, o que se apresenta como “cuidado” com o sujeito, atua justamente ao contrário, como castração do sujeito e repressão política.

Silvio Almeida (2019) corretamente aponta para o fato de que pensar o racismo como uma ação direta de indivíduos desvia a atenção para uma compreensão do racismo como algo estrutural e estruturante das relações.

No momento em que as relações pessoais se deterioram, tornou-se fundamental hoje não apenas estarmos atentos para o problema da privacidade das pessoas, obviamente que isso continua fundamental, mas na medida em que a sociedade civilizada encontra uma maneira sutil de usar esse “cuidado” em benefício pessoal de uns, a própria ideia de “cuidar da privacidade do indivíduo” deve ser tomada como suspeita. Devemos suspeitar tanto dos mediadores (supostamente neutros) como do puritanismo que condena qualquer coisa que cheire de longe questão pessoal, para de modo desvelado empenhar, de fato, ataques mais pessoais ainda. Dito de outro modo, temos que ter mais cuidado ainda com esses “excessos de cuidados” justamente porque eles podem servir às agressões que em discurso dizem condenar.

Nesse ponto, só há uma saída. Devemos acolher o mantra feminista de forma mais radical ainda, isso é, mais radical do que o radicalismo das feministas da *second wave*. “O privado é político”, o que isso significa fundamentalmente? Primeiro que não há como separar objetivamente o privado e o não privado, o que não significa que não devemos proteger as relações privadas por meio do bom senso e códigos sociais; segundo, toda separação, isso é, quando alguém aponta “isso é uma questão pessoal”, é subjetiva e não neutra; terceiro, aquele que assume a posição de mediador principalmente quando ocupa posição de poder institucional, opera uma ação quase que totalitária com enorme poder de violência e repressão; e, finalmente, o ponto ao qual queremos nos deter, toda repressão do privado é também uma repressão política.

4.2 O que é geral não pode ser mascarado como privado

Voltemos a questão inicial desta seção. Na verdade, independentemente de qualquer reflexão mais teórica, ao nos depararmos empiricamente com esse fenômeno de mal-estar nas Universidade Brasileiras, algo que deveríamos perceber, se estivéssemos atento, é que não estamos diante fundamentalmente de problemas limitados à ordem pessoal (acreditando que uma separação ingênua entre o pessoal e o social seja possível), mas sim de algo de ordem mais geral (social, talvez pudéssemos dizer, ou econômica para Marxistas) que interfere nas relações pessoais as quais, por sua vez, retroagem na esfera social. Aqui, mais uma vez estamos próximo das críticas de Silvio Almeida (ibidem) sobre as formas de “mal-entender” o fenômeno do racismo.

⁵ Estabelece-se aqui também o seguinte paradoxo: acusar alguém de invadir a esfera pessoal de outro, é em si uma invasão da esfera pessoal do primeiro. Os mesmos agravadores para qualquer caso de invasão de privacidade valem aqui, ou seja, se estiver diante de uma relação do tipo patrão-empregado, a acusação é mais violenta ainda.

Se a essência do fenômeno não é de ordem particular, é preciso indagar a quem interessa essa tentativa de maquiá-lo assim. Vejamos.

Tradicionalmente, qual tem sido o lugar fundamental, no discurso acadêmico, das divergências pessoais? É comum escutarmos “não misture questões pessoais com profissionais”, ou algo similar. Portanto, o lugar das questões de ordem pessoal é o lugar do proibido, aquilo do que não se pode falar. Há um certo discurso acadêmico para o qual não há talvez lugar mais proibido e também mais criminalizado do que as divergências pessoais. A insistência em empurrar os problemas para esse local é a insistência institucionalizada de silenciamento!

Estranhamente, no mesmo momento em que parecemos celebrar as diferenças e a diversidade, vivenciamos também o fim do debate acadêmico, justamente graças a insistência de caracterizar qualquer divergência como algo de ordem pessoal e, em seguida, criminalizar qualquer coisa que tenha qualquer suspeita de ser de ordem pessoal. Ora, mas isso é justamente uma incapacidade de lidar com a diferença. Talvez o que vivenciamos, não é a celebração da diferença, mas uma tentativa desesperada de controle do significado da diferença, sempre de modo conveniente, justamente no momento que ela explode para o mundo de modo inconveniente. Os conflitos não são senão sinais de que a diferença não se permite dominada, a diferença talvez seja a única coisa que não pode ser ideologia porque é princípio. Depois da diferença, tudo é ideologia.

Esse modo de caracterizar tudo como da ordem do pessoal para em seguida criminalizar, mata o lado mais produtivo da tradição acadêmica: os desentendimentos, o debate de ideias diferentes, de diferentes projetos de Universidade. Minha percepção é que isso também não é um acaso, tampouco uma situação excepcional, mas é a característica de uma decadência, a decadência das Universidades hoje que, discretamente, está associada à vitória da extrema direita nas últimas eleições (aqueles na universidade que se apresentam como resistência, talvez não escapem de ser enquadrados como associados a essa vitória em uma análise mais cuidadosa), uma Universidade onde se privilegia as superficiais concordâncias negociadas a partir de *lobbies* e interesses próprios, ou as infantis brigas de bastidores, em detrimento a debates mais sérios em instâncias institucionais oficiais que deveriam ser tratadas de modo público.

Cada vez mais, o discurso torna-se o discurso privatizado dos “grupos secretos” de WhatsApp, ou das reuniões na casa de colegas. Cada vez mais, as decisões estão definidas pelos *lobbies* antes das reuniões coletivas. E, cada vez mais, as reuniões coletivas, garantidas pelo estatuto, são apenas álibi de uma falsa democracia. Uma “vaza-jato” nesses grupos de WhatsApp revelaria talvez o lamaçal em que nos lambuzamos. Tudo isso é também um sintoma da privatização, nada mais privado do que os grupos de WhatsApp.

4.3 O oposto de Paulo Freire

Mas como teria de ser, há nisso implicações políticas. Onde estão os freirianos (no facebook?) que se esqueceram disso? De que no fundo está sempre a política? Talvez estejam convenientemente entorpecidos por esse veneno que é a insistência de que toda diferença é da ordem de questões pessoais e que, portanto, toda diferença deve ser criminalizada. Ao lembrar de Paulo Freire não pretendo nenhuma apologia, ao contrário, pretendo exemplificar um caso de apologia histórica de muitos que em suas salas de aulas reproduzem o contrário de Paulo Freire e no fundo acabam por reforçar a ironia em torno desse nome promovido pela direita populista. Não há dúvidas de que é preciso respeitar a obra de Paulo Freire. Podemos celebrar a forma de sua defesa de que a ação

educativa é sempre política, mas isso enquanto princípio não é exclusivo a Paulo Freire, antes é princípio de qualquer pedagogia e de toda tradição que se queira progressista.

Transformar todo o debate em problemas de ordem pessoal e criminalizá-lo é justamente uma tentativa de negar que toda ação educativa e no interior da Universidade é política. É o que querem Damaris e Sérgio Moro! A primeira acredita que os problemas são fundamentalmente de ordem moral e portanto trata-se de moralizar os sujeitos. Os distúrbios da ordem social seriam explicados pelos distúrbios psíquicos de “sujeitos problemáticos”: um destempero emocional, provavelmente de algum drama sexual-amoroso, talvez falta de sofrimento na vida “ele não foi pobre, não passou dificuldades, falta de apanhar” (sadismo). Outras vezes usam a lógica de culpar a vítima “ele/a reclama demais”, como nos casos de estupro: a roupa estava exagerada. Elucubrações de ordem moral e religiosa não faltam para apagar qualquer debate de posições e tentar pintar um cenário onde, para além das psicoses do outro, nenhuma posição (minha) subjetiva exista nesses desentendimentos, em uma palavra, um cenário onde colocado no campo do doentil tudo que é diferença, a normalidade é a neutralidade. Deveriam reler Paulo Freire:

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Esse medo quase sempre resulta de um ‘compromisso’ contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão comprometidos consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como esse não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível (FREIRE, 2018, p. 23).

Ora, como não falta na Universidade hoje estes homens comprometidos! Comprometidos consigo mesmo, com seu laboratório, seu artigo, suas orientações, sua produção, seu reconhecimento, seu projeto, seu grupo, seu WhatsApp etc.

Tampouco nos falta hoje “medo”. Principalmente para os progressistas! Atuam de modo retroativo (como diria Nietzsche) em resposta ao medo. Esse ser do medo é o mais perigoso, sua função, toda sua (des)coragem, é espancar qualquer corajoso (como faz um espectro da polícia brasileira). É por aqui que progressistas reproduzem o bolsonarismo, reproduzem as ameaças que sofrem, como o homem subordinado que humilhado pelo patrão chega em casa e agride a esposa.

Sim, trata-se do medo! Esse sentimento que paralisa o país há alguns anos. Isso todos nós sabemos. O medo, junto das frustrações, por exemplo, diante dos mecanismos de avaliação (Enade, Qualis etc.) desencadeia esse “compromisso não verdadeiro” e “contra os homens”. Não verdadeiro porque estamos diante de uma construção cujo fundamento não é a coragem, mas a falta dela.

Não se trata de uma ação autêntica, própria, fundada na ousadia, na mudança, na transformação, mas trata-se de uma reação para atender e reproduzir, para ajustar-se a uma política que se impõe a cada dia, para fazer com que ela funcione melhor. Qual o horizonte da esquerda que participa disso tudo? Um Capitalismo adaptado, inclusivo, mais humano? Na hipótese mais otimista caberia lembrarmos de Rosa Luxemburgo e sua crítica ao reformismo (1999).

Muitos têm tentado explicar o mal-estar da Universidade Pública Brasileira como fruto das pressões advindas das políticas e ondas ideológicas da extrema direita que venceu as últimas eleições. Essa explicação é superficial e joga toda a responsabilidade da situação para o outro. Antes de tudo, é preciso entender a ascensão da extrema direita (como propôs a escola de Frankfurt, notadamente Walter Benjamin) como um fracasso, um vácuo deixado por um projeto que

se pretendia revolucionário. Há uma crise fundamental no interior da própria esquerda e é isso que nos cabe analisar.

O medo e a falta de um programa próprio unificou grupos que, em discurso, são politicamente distintos. Assim, os progressistas saem às ruas contra uma ideologia e quando entram na Universidade dão as mãos para os sujeitos dessas ideologias, sem qualquer pudor com as alianças que fazem, porque fingem-se de neutros, como se, na Universidade, as relações não fossem políticas. A neutralidade aliada à defesa da esfera privada contra o público e o político é o mal-estar da Universidade hoje porque elas inibem a fala e impedem a política, atuam como forma de repressão. Nesse ponto, os progressistas se aliam à crítica que fazem ao bolsonarismo.

5 A ESQUERDA INSUFICIENTE

Se, por um lado, parece que se tornou difícil assumir a posição de esquerda hoje, diante da repressão da direita populista, estranhamente, por outro lado, há também uma disputa por querer assumir a bandeira “da esquerda”, pelo poder de falar em nome da esquerda. Uma disputa que, inclusive, acaba por alargar e flexibilizar o conceito do que seria a esquerda. Uma esquerda que comporta lulistas, anti-petistas, ciristas e muito mais. Esse alargamento não comporta apenas diferentes sujeitos, mas também diferentes ideologias, ali cabe tanto a defesa da democracia como do autoritarismo.

Há ainda uma resistência em ser esquerda, há aí ainda uma paixão, uma ideologia. Cabe indagar: por que ainda há sujeitos eloquentes pelo discurso de esquerda? O que eles de fato querem? O que tanto se ganha neste momento por se pertencer à esquerda?

Talvez um alibi! Como se o fato de falar a partir da esquerda e defender bandeiras tais como a justiça social, a igualdade, livrasse as pessoas de qualquer mal. Tal ideologia funciona como uma espécie de crença na salvação. A crença nos afasta da atividade de reflexão, nos coloca em uma posição de não precisar pensar, criticar, modificar etc.

Mais do que servir a uma razão prática, muitas vezes a sensação de pertencer à esquerda nos serve como um alívio psicológico, um apoio para se sustentar neste mundo, poder dormir mais tranquilo diante de uma realidade tão dura. Como quem diz: “apesar de toda essa desgraça, eu pelo menos defendo os oprimidos” ou “eu não sou responsável por essa desgraça toda”. Essa esquerda não é suficiente para se opor ao populismo de direita que se espalha pelo mundo. O que não é suficiente?

De modo geral, já sabemos que não é suficiente uma luta sindical limitada a questões trabalhistas e salariais. Do mesmo modo, não é suficiente uma esquerda que milita no Facebook. Mas tampouco basta, uma esquerda que sai em passeatas nacionais quando chamada. Não é suficiente uma esquerda que apenas brigue para que a verba continue sendo repassada para a universidade.

É também preciso desconfiar desse recente inchamento do movimento em defesa da universidade. Justamente é preciso desconfiar de um número crescente de acadêmicos que estavam ausentes, ou em cima do muro, em todo processo do *impeachment* e da prisão do Lula e agora começam a ir às ruas para defender seus recursos. Não se trata de uma desconfiança de ordem moral. Não se trata de considerar esses acadêmicos de traidores, de mau caráter, ou qualquer coisa do tipo. Tampouco se trata de uma necessária defesa do lulismo e do petismo. Trata-se apenas de pragmaticamente desconfiar da capacidade e interesse dessa massa de um ponto de

vista político. Trata-se simplesmente de perguntar: calados diante de um escandaloso golpe contra a democracia e um processo de perseguição política, o que querem de fato hoje?

Como diz Zizek, não é suficiente uma esquerda apenas ativista, apenas ligada a movimentos sociais, bem como, não se deve iludir com movimentos de massa, como ocorreram na primavera árabe e na Grécia com o Syriza.

Zizek tampouco propõe uma ação que milagrosamente resulte uma revolução à moda antiga, com barricadas etc. Muito pelo contrário, Zizek tem repetidamente considerado isso uma grande ilusão. O conceito de burocracia socialista que Zizek tem desenvolvido refere-se justamente à ideia de que o grande problema não está em mobilizar revoltas, mas sim em o que fazer depois da vitória. Isso porque a primavera árabe, bem como o movimento na Grécia mostraram que a tomada das ruas e vitória da multidão não garantem nada no dia seguinte.

Zizek, referindo-se à Grécia, fala da importância da denúncia da falta de transparência nos processos burocráticos (no caso da União Europeia) da democracia liberal. O mesmo vale para a universidade penso eu. É preciso denunciar a falsificação da democracia no dia a dia da universidade. Essa falsidade está ligada a um desprezo às normas e burocracias. Nossa tarefa, no entanto, não seria continuar defendendo uma burocracia e regulamentação que não funcionam, mas buscar construir uma burocracia que funcione e defenda objetivamente as decisões coletivas e possibilidade de ações coletivas.

É preciso construir uma esquerda que entenda melhor o fenômeno Bolsonaro. Que não apenas fique em estado de choque e de perplexidade diante de cada movimento do mito. É preciso uma esquerda atenta para as ações locais, próximas, concretas, mas que também se disponha a entender o fenômeno em seu contexto nacional e global. É preciso uma esquerda atenta para o cenário global.

É preciso uma esquerda que entenda o processo de privatização para além de uma simples mudança na fonte de recursos. Não é necessária uma esquerda que responda ou finja estar respondendo às demandas de um grande Outro, ou seja, que esteja sempre na posição de continência e fiel prontidão para toda demanda meritocrática que nos últimos anos transformaram a Universidade em um local de competição individualistas e *lobbies* baseados em alianças, sem uma pauta de princípios comuns, mas apenas focada em assegurar posições de poder em departamentos, coordenações, comissões etc.

É preciso uma esquerda que enfrente o Lattes, as avaliações técnicas e padronizadas do Enade, o Qualis, o estabelecimentos de *rankings*. Ora, não que esses índices e políticas não possam existir, mas antes, não se pode rifar tudo o que mais possa ser feito, que possa ser pensado, ousado, criado, não se pode penalizar aqueles que buscam resistir a isso, para se seguir de cabeça baixa, feito manada, tendo essa como a única possibilidade para a Universidade. A esquerda não deve assumir o papel de soldado desse totalitarismo, contra os colegas que ousam desafiá-lo. Ainda que não se consiga sempre se abster desse jogo, é preciso permitir espaços para se inventar outros caminhos.

Por exemplo, é preciso denunciar a falsidade em toda essa política. Cresce o plágio e má qualidade nas publicações, inclusive nas revistas bem avaliadas. Não podemos tratar isso como uma doença do sistema que deve ser remediada, mas temos que ver a cumplicidade dos plágios e da baixa qualidade das publicações como intrínseca a política do produtivismo e da meritocracia. É preciso repetir que não há isenção ideológica nos processos de *peer review*, que a neutralidade é uma ideologia da direita. É preciso dizer que o Enade não vai além de uma medida fraca

estatisticamente e padronizadora de massas. As fraudes das universidades particulares do sistema Enade já foram vastamente reportadas pela mídia. É sob essas farsas que se pretende defender a Universidade Pública? Faz-se necessária uma esquerda pronta a escancarar, sutilmente, essas farsas e pronta a se negar a participar desse jogo ao invés de se lambuzar com o doce canto da Sereia.

Não é necessária uma esquerda pronta a cumprir tarefas, mas é necessária uma esquerda que tenha coragem de rejeitar tarefas e inventar as suas próprias. É preciso uma esquerda que se veja como parte do processo que tenta descrever e não caia no dualismo do eles são maus e nós bons. Não é suficiente uma esquerda de contraturno, que vista camisa da esquerda apenas depois de tirar o uniforme acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luis de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- DELEUZE, Gilles. **Negotiations 1972-1990**. New York: Chichester, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- KRECIC, Jela. The Final Countdown or Lesson to be learned from Comedy and Antihumanism In: KRECIC (Ed.). **The Final Countdown: Europe, refugees and the left** Ljubljana: Wiener Festwochen, 2017. p. 10.
- KURTAY, Engin. Feminism having turned to its opposite and Zizek's warnings. **Kurtay academics**. 26 de abril de 2018. Disponível em:
<http://kurtayacademics.com/2018/04/26/feminism-that-has-turned-into-its-opposite-and-zizeks-warnings/> . Acesso em: 20 de dez. De 2019.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- ZIZEK, Slavoj. Capitalismo é uma religião. **Youtube**, 31 ago. 2013. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=a_RjYc0WfI4 . Acesso em: 20 dez. 2019.
- ZIZEK, Slavoj. **A Coragem da Desesperança**: crônicas de um ano em que agimos perigosamente. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.